

Japão propõe sistema de aval da dívida

JOSÉ MEIRELLES PASSOS
Enviado especial

BERLIM OCIDENTAL — O Governo japonês anunciou finalmente ontem o seu plano de ajuda aos países em desenvolvimento de renda média, como é o caso do Brasil. Ele contém duas partes: dar empréstimos para financiar planos de crescimento; e criar — junto com o FMI — um sistema para avalizar bônus a serem emitidos pelos devedores. Para se beneficiar desses mecanismos, os interessados terão de fazer — obrigatoriamente — um programa de ajuste econômico junto ao FMI.

— Esse é um pré-requisito básico — advertiu o Presidente do Banco Central japonês, Satoshi Sumita, ao revelar a proposta para os 151 países membros do Fundo. A criação de uma nova fonte de empréstimos, ob-

viamente, recebeu aplausos dos eventuais beneficiados, ainda que os japoneses não tenham esclarecido o volume de dinheiro reservado, mas a segunda parte do plano foi recebida com reservas: o aval a ser dado aos títulos emitidos pelos devedores será feito com parte das reservas do próprio país interessado. Satoshi Sumita explicou esse mecanismo:

— Depois que o FMI aprovar o programa de ajustes de um país, ele negociará com os banqueiros privados a securitização de parte do débito atual e o reescalonamento do resto da dívida. Em ambos os casos, a certeza de que o débito será pago será dada por uma conta formada com recursos próprios em nome do país devedor, depositados no FMI.

Argentinos, colombianos, mexicanos e brasileiros comentaram — de imediato — que essa parte da proposta não era das mais atraentes.

Entre os países ricos, a surpresa foi a mudança de tática do Japão. Até ontem, se dizia que o aval aos bônus dos devedores seria dado com base numa reserva especial, mas formada pelos países credores. A explicação informal dos japoneses é de que eles mudaram o "Plano Miyazawa" para não ferir susceptibilidades americanas.

Esse foi o motivo pelo qual Satoshi Sumita afirmou que a securitização "não implica qualquer transferência de risco dos bancos comerciais para as instituições financeiras multilaterais ou aos governos dos países credores".

● **MISSÃO** — Duas missões técnicas do Japão deverão chegar ao Brasil, ainda este ano, para analisar dois projetos de financiamento. Um deles, no valor de US\$ 450 milhões, destinado à construção de hidrelétricas, poderá ser aprovado em dezembro. O volume do outro ainda não foi determinado: seria para investir no projeto de irrigação do Nordeste.



Ministro Kiichi Miyazawa, do Japão